

---

**TRABALHO, POLÍTICA E DISTINÇÃO SOCIAL EM TRÊS ORGANIZAÇÕES COM GENTE PRETA E PARDA: Recife, década de 1840****WORK, POLITICS AND SOCIAL DISTINCTION IN THREE ORGANIZATIONS WITH BLACK AND BROWN FOLKS: Recife, decade of 1840**

Marcelo Mac Cord\*

**RESUMO:** O artigo que entrego ao leitor discute as estratégias políticas e sociais de determinados grupos de homens pretos e pardos, indivíduos livres e libertos, que estavam organizados em duas irmandades religiosas e em uma mutualista. As três entidades permitiram a construção de solidariedades vinculadas ao mundo do trabalho. Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio, o controle de algumas profissões urbanas passava pelas “hierarquias do rei do Congo”, cujo soberano deveria ser destacado membro da confraria. A Irmandade de São José do Ribamar, por sua vez, foi uma corporação de ofício que aglutinava artesãos em seus quadros. Alguns de seus membros criaram a Sociedade das Artes Mecânicas, que oferecia auxílio financeiro e aulas noturnas para os seus associados. A partir desses espaços, observaremos como seus principais membros capitalizaram vantagens políticas e sociais na década de 1840.

**PALAVRAS-CHAVE:** irmandade, mutualismo, política, trabalho, clientelismo.

**ABSTRACT:** The article I provide the reader discusses the political and social strategies of certain black and brown-skinned men, free and released individuals, which were organized in two religious brotherhoods and in one mutual society. The three groups which allowed the construction of solidarities which were linked to the world of labor. At the (brotherhood) Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos of the Santo Antônio district, the control of some urban professions passed through the “hierarchies of the king of Congo”, whose monarch which should be a prominent judge of the confraternity. The (brotherhood) Irmandade de São José do Ribamar, in turn, was a trade corporation which brought together in their ranks artisans. Some of its members created the (mutual society) Sociedade das Artes Mecânicas, which offered financial aid and evening classes for its members. From these religious spaces, we shall observe how their main members capitalized social and political advantages in the 1840's.

**KEY WORDS:** brotherhood, mutualism, political, labor, clientelism.

Em meus trabalhos de pós-graduação, preocupado com o Recife entre as décadas de 1830 e 1870, período em que vigia o escravismo, investiguei a presença de homens pretos e pardos, livres e libertos, em duas irmandades católicas e uma mutualista. Nesses espaços coletivos, que permitiam a construção de sociabilidades vinculadas ao mundo do trabalho, seus membros lutaram por privilégios que os diferenciavam do restante dos africanos e seus descendentes. Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio, o controle de algumas profissões urbanas passava pelas “hierarquias do rei do Congo”. O título de referência centro-africana era conferido para um destacado irmão de pele escura da entidade leiga. A Irmandade de São José do Ribamar, por sua vez, foi uma corporação de ofício até a outorga da Constituição de 1824. Sob sua bandeira, pedreiros, carpinteiros, taneiros e calafates buscavam proteção e fortaleciam identidades laborativas. A Sociedade das Artes Mecânicas, criada por alguns mestres de obras daquele último grupo, oferecia aos seus associados auxílios financeiros e aulas noturnas.

\*

---

Professor Adjunto de História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.

Atento ao escopo do dossiê “História, Racismo e Religiosidades Negras”, as pesquisas que realizei exigem três reflexões dialéticas. A primeira delas é que, tanto para os irmãos quanto para os sócios de pele escura, frequentadores daquelas três instituições pernambucanas, a problemática do racismo não estava dada até o transcorrer do último marco temporal de minhas investigações. Foi com a “geração dos 70” que o racismo científico chegou ao país e generalizou o parâmetro explicativo da “inferioridade” dos negros enquanto “grupo racial”<sup>1</sup>. Sem dúvida, os sujeitos que analisei conviveram em uma sociedade absolutamente marcada por relações racializadas, mas a cor era mais um dos elementos diacríticos que conformavam identidades cotidianas e geravam exclusões sociais. Em outras palavras, fenótipos compunham uma equação que resultava em complexas noções de pertencimento e de hierarquização social<sup>2</sup>. Entre outros fatores, além da cor, encontramos etnia, gênero, condição jurídica, tipo de trabalho exercido, redes de clientela, relações familiares e religiosidade.

A religiosidade, especificamente, remete o leitor para a segunda reflexão: o problema da “ilegitimidade” do catolicismo como expressão religiosa de pretos e pardos (livres, libertos e escravos) nos tempos do escravismo. Ainda hoje reverbera a perspectiva de que as irmandades leigas foram lugares de “acomodação”, ou seja, de silenciamento das “tradições africanas”, de despolitização cotidiana e de “aculturação” das populações negras diaspóricas. Um dos mais importantes proponentes dessa perspectiva foi Décio Freitas, mesmo que suas principais pesquisas não estudem as irmandades leigas frequentadas por africanos e seus descendentes. Ao definir tais entidades religiosas como uma espécie de “antiquilombo”, o autor entendeu que sua existência opunha-se à luta direta contra a escravidão. Por ser atitude “acomodatícia”, orar para santos católicos e frequentar igrejas era a antítese da “resistência negra” e da valorização de uma memória ancestral, que somente encontrariam efetividade nos quilombos<sup>3</sup>. Setores mais puristas dos movimentos negros defendem essa reelaboração culturalista e polarizada da memória social, algo que me parece bastante simplista.

A terceira e última reflexão propõe a politização dos espaços católicos frequentados por pretos e pardos, especialmente quando utilizados para organizar hierarquias laborativas e defender interesses

1 Lilia M. Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, 3ª reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 149. Para aprofundar o debate sobre a “geração dos 70”, ver Angela Alonso, *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Império do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

2 “Racialização” é uma categoria que confere historicidade ao conceito de “raça”, que não pode homogeneizar artificialmente o destino e a história de indivíduos heterogêneos em sua experiência e origem. Para aprofundar o assunto, ver Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

3 Décio Freitas, *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro, Graal Editora, 1990. Nos últimos anos, a compreensão das “irmandades negras” como um espaço de acomodação à religiosidade europeia tem sido relativizada. Há pesquisas que demonstram que a ancestralidade africana foi um importante recurso para que os “confrades negros” construíssem uma liturgia específica, apesar da catequese dominante. Anderson J. M. de Oliveira, “Os Santos Pretos Carmelitas: o culto aos santos, catequese e devoção negra no Brasil colonial”. Tese (doutorado em História) – UFF, 2002. Para aprofundar o debate sobre as irmandades como pretensos espaços de “acomodação” ou “resistência”, ver Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio: irmandades leigas, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife, Fapesp/Editora Universitária UFPE, 2005.

profissionais. Por mais que os homens de pele escura que investiguei estivessem livres do jugo de algum senhor, lutaram, em suas entidades, contra a precarização de suas vidas. A valorização do trabalho qualificado, morigerado e organizado foi um dos mais importantes fatores que ajudou boa parte dos atores em foco a combaterem estigmas como os da escravidão e do “defeito mecânico” – que insistiam em subalternizar as existências dos africanos e seus descendentes. Nas igrejas que frequentavam (com suas aulas noturnas, culturas de ofício e formas próprias de organizar o trabalho), muitos deles conseguiram escapar do julgamento que atribuía às populações diaspóricas “inépcia” e “barbarismo”<sup>4</sup>. Concorrentemente, a mobilidade social e a respeitabilidade que foram conquistadas por uma elite de cor aumentou o fosso que a separava de outros trabalhadores menos afortunados e pouco organizados – fossem escravos ou não.

Nesse artigo, por conta de seus limites editoriais, achei conveniente recortar minhas pesquisas de pós-graduação. Especialmente focado na década de 1840, oferecerei ao leitor a possibilidade de observar todas as tensões e os problemas que induziram minhas reflexões. Naqueles conturbados anos da história social pernambucana, apresentarei os desafios que foram enfrentados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio, pela Irmandade de São José do Ribamar e pela Sociedade das Artes Mecânicas – assim como os que mobilizaram seus principais membros pretos e pardos. Escolhi o período em quadro porque encerrou um importante ciclo de insurreições em Pernambuco, que havia gerado muitas expectativas de liberdade, mobilidade social ascendente, inclusão política e cidadania plena entre os mais diversos grupos de subalternos e das emergentes camadas médias urbanas. Nesse processo, as cisões entre as elites letradas e proprietárias permitiram que trabalhadores livres e escravos inventassem caminhos alternativos para negociarem e/ou imporem suas mais diferentes demandas aos governantes e patronos.

### ***Pernambuco e as tensões da década de 1840***

Pernambuco conheceu muitas tensões sociais e conflitos armados na primeira metade do século XIX. Um ciclo de insurreições varreu a província do Norte. Sem muito esforço, podemos elencar, entre outros exemplos, os tumultos que envolveram a proclamação da República em 1817, as tramas sediciosas que marcaram o patriotismo constitucional dos anos entre 1820 e 1822, a Confederação do Equador em 1824, as Setembrizada e Novembrada de 1831, a Abrilada de 1832 e a Cabanada entre

---

4 “Inépcia” e “barbárie”, entre outros termos pejorativos, foram utilizados por administradores estatais para desprezar formas alternativas de sobrevivência e de produção criadas por africanos e seus descendentes. Frederick Cooper, Thomas C. Holt e Rebecca J. Scott (orgs.), *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 70.

1832 e 1833. Há extensa e significativa bibliografia sobre o assunto. Destaco que, no período em quadro, as mais diversas concepções de liberdade, de nação e de cidadania circularam entre as elites letradas e proprietárias por meio de livros, jornais e outros papéis vindos da Europa. Contudo, o cheiro de pólvora, os banhos de sangue e os discursos políticos mais inflamados também contribuíram para que escravos, libertos e livres mais pobres redimensionassem suas demandas sociais e encontrassem novos elementos para reforçar suas lutas por direitos, que, sem dúvida, estavam ancoradas em concepções próprias<sup>5</sup>.

Empossado presidente de Pernambuco em 1837, o barão da Boa Vista, conservador, pretendia ordenar a província com o apoio dos liberais mais ricos. A nova administração estava comprometida com os negociantes de grosso trato e seus interesses econômicos. Coube ao nobre, investido de poderes executivos, iniciar a política de “reorganização e do futuro”, que previa, entre outras medidas, uma série de intervenções urbanísticas para tornar a capital mais “civilizada” e “moderna”. É desta época a montagem da Repartição de Obras Públicas, a arregimentação de uma Companhia de Operários na Europa e a contratação do engenheiro francês Louis Léger Vauthier. Tais medidas feriram uma série de interesses locais e acirraram ainda mais os ânimos políticos. Em 1843, dissidentes do Partido Conservador e do Partido Liberal fundaram o Partido Nacional de Pernambuco – mais conhecido como Praieiro. Entre outros setores urbanos, a base da nova facção era formada por pequenos comerciantes, empreiteiros menos capitalizados e setores médios da sociedade pernambucana, que tiveram seus interesses negligenciados pelo novo governo<sup>6</sup>.

Pensando estrategicamente nas eleições legislativas de 1844, o Partido Nacional de Pernambuco entendeu que precisava ampliar suas bases políticas. Para tanto, no Recife, buscou o

---

5 Entre outros trabalhos, consultar Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife, Editora Universitária UFPE, 1998; Manuel C. de Andrade, *A Guerra dos Cabanos*, 2ª edição. Recife, Editora Universitária UFPE, 2005; Denis A. de M. Bernardes, *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp; Recife, Editora Universitária UFPE, 2006; Carlos G. Mota, *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo, Perspectiva, 1972; Socorro Ferraz, *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife, Editora Universitária UFPE, 1996; Flávio J. G. Cabral, “Recife no tempo da independência do Brasil”, in Wellington B. da Silva (org.), *Uma cidade, várias histórias: o Recife no século XIX*. Recife, Bagaço, 2012, p. 15-38.

6 Logo após a fundação do Partido Nacional de Pernambuco, seus opositores chamaram-no pejorativamente de Praieiro. Sebastião do Rego Barros forjou o termo, por escárnio, para estigmatizar a folha do novo partido, o *Diário Novo*, localizada na Rua da Praia. Apesar da intenção depreciativa, o Partido Nacional de Pernambuco resolveu assumir, em 1844, aquela denominação. Amaro Quintas, *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 2004, p. 43-4. O *Diário Novo* foi o periódico que publicizou os ideais dos Praieiros, em oposição ao *Diário de Pernambuco*, folha conservadora. Izabel A. Marson, *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo, Editora Moderna, 1980. O Partido Nacional de Pernambuco também se chamou Praieiro porque sua base política era composta por pequenos comerciantes estabelecidos na Rua da Praia. Idem, *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987, p. 209. Para saber mais sobre a Companhia de Operários e sobre o engenheiro Vauthier, consultar Guilherme Auler, *A Companhia de Operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1959; Louis L. Vauthier, *Diário íntimo do engenheiro Vauthier: 1840-1846*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940; Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1940.

apoio de setores da “arraia miúda” que estavam extremamente insatisfeitos com a presença de trabalhadores estrangeiros no varejo e no exercício das artes mecânicas. Para se aproximarem dos subalternos que eram votantes, os dissidentes lançaram uma plataforma de governo que defendia a nacionalização do comércio a retalho e das oficinas artesanais. Imediatamente, a proposta seduziu muitos artífices e prestadores de serviços urbanos que compareciam às urnas, o que viabilizou a construção (ou consolidação) de significativas alianças políticas verticais e horizontais. Para exigir direitos, setores “de baixo”, com o apoio da facção política, organizaram *meetings* pelas principais ruas da capital, produziram abaixo-assinados exigindo que as autoridades provinciais expulsassem os portugueses, pediram que somente os nacionais fossem empregados nas atividades produtivas e promoveram tumultos que forçaram um importante *fecha-fecha* no comércio<sup>7</sup>.

Em 1844, os Praieiros venceram o pleito legislativo com a ajuda de importantes grupos de trabalhadores nacionais. Contudo, a posse de um gabinete liberal, no início daquele ano, na corte, também foi muito importante para viabilizar a conquista eleitoral da facção, que abocanhou a maior parte dos cargos em disputa na província. Coroando o processo de “inversão política”, que rompeu a hegemonia dos conservadores na política brasileira, Antônio Pinto Chichorro da Gama foi nomeado presidente da província de Pernambuco em maio de 1845. Por mais que não tivesse assumido imediatamente o Poder Executivo, este magistrado baiano era homem de confiança do Partido Nacional de Pernambuco. Depois deste último golpe político sobre os baronistas, os vitoriosos capilarizaram ainda mais seu poder. Entretanto, consolidados, viraram as costas para as demandas de seus aliados de última hora, o que gerou uma nova onda de protestos. Nesse momento, novas redes políticas foram tecidas e os conservadores, alijados do governo, tomaram para si, convenientemente, a defesa da nacionalização do comércio a retalho e das oficinas artesanais<sup>8</sup>.

Logo após a campanha eleitoral de 1847, os Praieiros venceram por uma pequena margem de votos. Os conservadores, apesar da derrota, ganharam novo fôlego. No primeiro semestre de 1848, proprietários do interior da província iniciaram uma revolta armada, alegando que seus inimigos políticos, aboletados nos principais cargos públicos, abusavam de seu poder. A instabilidade fez com que o governo central nomeasse presidentes liberais mais moderados, que realizaram diversas mudanças desfavoráveis aos Praieiros. No bojo desse processo, os partidários da facção retomaram para si a defesa da nacionalização do comércio a retalho e das oficinas artesanais, o que gerou o mais

---

7 Marcus J. M. de Carvalho, “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, 2003, pp. 209-38; Bruno A. D. Câmara, “Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira”. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2005; Manoel N. Cavalcanti Júnior, “Praieiros, Guabirus e ‘populaça’: as eleições gerais de 1844 no Recife”. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2001; Jeffrey C. Mosher, “Political mobilization, party ideology, and lusophobia in nineteenth-century Brazil: Pernambuco, 1822-1850”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, nº 4, 2000, p. 881-912.

8 Amaro Quintas, *op. cit.*; Marcus J. M. de Carvalho, “Os nomes da Revolução...”, Izabel A. Marson, *Movimento Praieiro*; Idem, *O Império do progresso*.

agressivo “mata-marinheiro” do Recife. Em setembro, o governo central instituiu um novo gabinete conservador, medida que afastou do poder o restante dos Praieiros que sobreviveram às reformas promovidas pelos liberais mais moderados. Em fevereiro de 1849, insatisfeitos, os mandatários destituídos e suas clientelas pegaram em armas e tentaram tomar a capital. O fracassado intento teve como consequência a prisão dos “sedutores dos povos” e o esgotamento do ciclo de insurreições pernambucanas<sup>9</sup>.

Atentos aos problemas do período, alguns grupos de trabalhadores de pele escura mais bem organizados, compostos por gente livre e liberta, conquistaram importantes benefícios. Eles souberam compreender as brechas que foram abertas em um ambiente sociopolítico instável e criaram as mais diversas solidariedades horizontais e verticais. As pesquisas que realizei demonstraram que determinados prestadores de serviços urbanos e artífices vinculados às extintas corporações de ofícios, que estavam reunidos em irmandades religiosas, foram os protagonistas desse processo de construção de múltiplas alianças e de capitalização de vantagens políticas e sociais. Na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio, o Rei do Congo, comandante de hierarquias étnicas e profissionais, mereceu especial atenção de destacados patronos. Na Irmandade de São José do Ribamar, que somente aceitava como membros ativos pedreiros, carpinteiros, tanoeiros e calafates, os favorecidos foram os mestres de obras de pele escura que sublinhavam sua nacionalidade brasileira e demonstravam “aperfeiçoamento” por meio de processos de escolarização.

### ***O rei do Congo e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos***

Aprovado em 1758, o Compromisso da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco permitia a entrada de qualquer católico em seus quadros. Contudo, determinou que, preferencialmente, fossem matriculados angolas e costas. Do ponto de vista organizativo, a entidade leiga possuía duas instâncias de poder. A primeira, intramuros, era a mesa regedora, sua principal instância deliberativa – composta por juiz, secretário, tesoureiro, procuradores e definidores. A outra, extramuros, denominei “hierarquias do rei do Congo”. No topo delas estava o soberano de referência centro-africana. A coroa cingiria a cabeça de algum destacado irmão que fosse angola, casado, livre, proprietário e piedoso. Os governadores de pretos eram seus vassallos mais imediatos e controlavam grupos organizados por categorias profissionais e por etnias. O Compromisso não evidencia que grupos eram esses, mas, por meio de outras fontes, mais ligadas à vida cotidiana da

---

9 Marcus J. M. de Carvalho, “Os nomes da Revolução...”; Idem, “A Guerra dos Moraes: a luta dos senhores de engenho na Praieira”. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 1986; Jeffrey C. Mosher, *op. cit.*; Jerônimo M. F. de Melo, *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, Senado Federal/Editora da UnB, 1979; Idem, *Crônica da Rebelião Praieira: 1848 e 1849*. Brasília, Senado Federal, 1978; Urbano S. P. de Melo, *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Brasília, Senado Federal, 1978; Bruno A. D. Câmara, *op. cit.*; Izabel A. Marson, *Movimento Praieiro*; Idem, *Império do progresso*.

cidade, encontramos, por exemplo, os governadores dos ganhadores, dos capoeiras, das boceteiras, dos Costa, dos Sobaru e dos Ardas<sup>10</sup>.

No final do século XVIII e início do seguinte, as autoridades pernambucanas, seculares e eclesiásticas, resolveram extinguir essas e outras patentes que distinguiam as gentes pretas. Eles entenderam que as honrarias ofendiam a realeza europeia, alimentavam o orgulho dos subalternos, afastavam os leigos da devoção aos santos (principal razão de ser das irmandades) e fortaleciam redes mais cotidianas de poder. Apesar da proibição oficial, as “hierarquias do rei do Congo” faziam parte dos costumes de muitas pessoas de pele escura que estavam matriculadas na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio. Não seria uma decisão tomada em algum gabinete que aniquilaria uma prática tão arraigada na história social pernambucana. Em 1806, por exemplo, ainda era possível encontrar Ventura Barbosa ostentando orgulhosamente sua coroa de rei do Congo – antes disso, o soberano havia sido governador dos pretos em 1773 e vice-rei em 1802. Comparativamente, em 1801, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da freguesia da Boa Vista também coroou o rei do Congo da cidade de Olinda, dom Domingos Marques de Araújo<sup>11</sup>.

Em 19 de março de 1848, tendo em vista a manutenção oficiosa do reinado, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio ratificou uma importante decisão institucional. Benedito do Espírito Santo, juiz da mesa regedora, confirmou que o preto José Pereira da Silva era o novo “Rei do Congo e das Nações da Costa d’África”. O termo de posse foi lavrado pelo corpo confraternal logo após o beneficiário apresentar todos os documentos expedidos pela maior autoridade provincial – certamente, a chancela foi uma forma de os poderes públicos vigiarem o reinado, que insistia em existir. Na oportunidade, o presidente pernambucano era Antônio Pinto Chichorro da Gama, que sabemos ter sido homem de confiança dos Praieiros. Sublinho que o novo soberano ocupou postos de poder na entidade religiosa e nas hierarquias do reinado. Na primeira, ostentava o título de juiz perpétuo<sup>12</sup>. Apesar de a honraria não constar nos compromissos daquela entidade religiosa, era consagrada pelo costume. Na outra, as fontes indicam que provavelmente tenha sido governador de pretos na cidade de Olinda<sup>13</sup>.

Outro fator, além da vigilância, aproximou José Pereira da Silva e Chichorro da Gama. Nos anos 1840, o controle e a mobilização dos trabalhadores livres e pobres foram uma das maiores

---

10 Mais subsídios sobre o Compromisso de 1758 e sobre as “hierarquias do Rei do Congo” são oferecidos em Marcelo Mac Cord, *op. cit.* Para a correta compreensão dos governadores de pretos pernambucanos na passagem do século XVIII para o XIX, consultar Clara M. F. de Araújo, “Governadores das nações e corporações: cultura política e hierarquias de cor em Pernambuco (1776-1817)”. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 2007.

11 Marcelo Mac Cord, *op. cit.*, p. 209.

12 Até aqui, tudo no Livro de termos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguesia de Santo Antônio do Recife, 1835-1848, f. 90v – Recife, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (doravante Iphan), Arquivo, Série Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da freguesia de Santo Antônio do Recife.

13 Códice PC-20, f. 67-7v – Recife, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante Apeje), Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil.

preocupações das elites letradas e proprietárias pernambucanas, que precisavam arregimentar votantes e mão de obra<sup>14</sup>. Em contrapartida, sabedores da importância política e econômica de seu reinado, determinados irmãos pretos encontravam nas cisões da “boa sociedade” oportunidades para garantir privilégios na prestação de serviços urbanos, fortalecer hegemonias diante de adversários e acumular prestígio que os diferenciavam do restante dos subalternos. Não por acaso, quando da escolha do novo rei do Congo, encontramos Antônio da Costa Rego Monteiro, deputado provincial Praieiro, como juiz por devoção da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio. Umbelina Roma, esposa de Luís Ignácio Ribeiro Roma, era a juíza por devoção. Seu marido era o editor do *Diário Novo*, folha do Partido Nacional de Pernambuco, e irmão de João Inácio Ribeiro Roma, o General Roma, que comandou os combates que encerraram o ciclo de insurreições pernambucanas<sup>15</sup>.

Em meados de 1848, quando os Praieiros perdiam espaços no governo provincial, observamos que inexistia consenso na escolha que foi endossada pelo juiz Benedito do Espírito Santo e pelo presidente Chichorro da Gama. O preto José Pereira da Silva não era uma unanimidade na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio – apesar de sua relevância institucional. No período em quadro, quando o gabinete liberal, na corte, enfraquecia a hegemonia dos Praieiros em Pernambuco, observamos que os irmãos que eram adversários do juiz perpétuo fizeram de tudo para destituí-lo do reinado. O mais interessante é perceber que conseguiram. No dia 14 de setembro daquele ano, o chefe de polícia, Antônio Henrique de Miranda, determinou que o rei do Congo fosse o “preto liberto Antônio d'Oliveira”, pois havia apresentado os documentos confraternais que comprovavam sua nomeação<sup>16</sup>. Assim como seu adversário, dom Antônio de Oliveira Guimarães, como era conhecido, também era juiz perpétuo e acumulou prestígio nas hierarquias que aglutinavam etnias africanas e algumas categoriais de trabalhadores urbanos<sup>17</sup>.

Insatisfeito com sua deposição, o preto José Pereira da Silva formalizou um protesto, que foi enviado ao chefe de polícia Antônio Henrique de Miranda. No documento, o juiz perpétuo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio questionava a legitimidade da coroação de dom Antônio de Oliveira Guimarães e exigia a imediata restituição de seu título de nobreza. Preocupado com o potencial conflitivo da disputa pela coroa de rei do Congo, a autoridade pública solicitou, no dia 29, uma decisão do presidente da província – o cargo era ocupado

---

14 Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade*.

15 Livro suplementar das eleições da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio do Recife, f. 16v – Recife, Iphan, Arquivo, Série Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da freguesia de Santo Antônio do Recife. Os cargos de juiz e juíza por devoção foram criados para atrair patronos que pudessem abrilhantar os festejos de Nossa Senhora do Rosário.

16 *Diário de Pernambuco*, 20 set., 1848 – Recife, Fundação Joaquim Nabuco (doravante Fundaj), Setor de Microfilmes.

17 Marcelo Mac Cord, *op. cit.*

pelo liberal mais moderado Antônio da Costa Pinto. Para auxiliá-lo em sua resolução, o chefe de polícia ofereceu duas propostas. A primeira é que fosse indeferido o pedido do ex-soberano das gentes pretas, pois alegava que o mesmo era incompetente para exercer as prerrogativas monárquicas. A outra é que mantivesse a coroa de rei do Congo na cabeça de dom Antônio de Oliveira Guimarães<sup>18</sup>. O desenrolar dos acontecimentos indica que o presidente Antônio da Costa Pinto acatou as sugestões de seu chefe de polícia, mantendo esse último indivíduo no trono<sup>19</sup>.

Com o retorno dos conservadores ao poder provincial, foi jogada a última pá de cal nas pretensões dos Praieiros e do juiz perpétuo José Pereira da Silva. Por causa disso, os temores do chefe de polícia Antônio Henrique de Miranda tornaram-se reais, quanto ao potencial conflitivo da disputa pela coroa de rei do Congo. No dia 20 de janeiro de 1849, encontramos um curioso registro que aponta para a formação de uma sociedade secreta com o fim de insuflar os escravos. Segundo as fontes policiais, o grupo teria sido organizado por Francisco Borges Mendes e pelos pretos libertos Benedicto e Felipe. Esses dois últimos indivíduos foram identificados como africanos da costa, sendo que Benedicto era governador dos pretos daquela nação<sup>20</sup>. Aquele primeiro era um homem ligado aos Praieiros e já havia sido preso pelas autoridades conservadoras em outra oportunidade, por supostamente dirigir uma sociedade insurrecionista<sup>21</sup>. Izabel Marson, contudo, exige que tomemos cuidado com o superdimensionamento de acusações desse tipo, pois, no período da Revolta Praieira, existiu “um projeto de rebelião moldado nas delegacias de polícia”<sup>22</sup>.

Parece factível vincularmos a prisão de Benedicto e Felipe às disputas pelo reinado do Congo. É possível que ambos achassem dom Antônio de Oliveira Guimarães ilegítimo e incompetente – recordemos que o chefe de polícia Antônio Henrique de Miranda assim taxou José Pereira da Silva. Contudo, apesar dos julgamentos dos atores envolvidos no conflito, o cerne do impasse nada tinha a ver com incompetência ou ilegitimidade para cingir a coroa. Ambos os soberanos eram juízes perpétuos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio e galgaram postos de poder nas “hierarquias do rei do Congo”. Atentos aos fatos e às conjunturas dos anos 1840, o que estava em jogo na disputa pelo controle do reinado era a possibilidade de neutralizar adversários por meio de sólidas alianças e usufruir das vantagens que isso implicava. Para liberais mais moderados e conservadores, era imperativo enfraquecer as redes de clientela dos Praieiros. Por sua vez, na entidade leiga e no reinado, os grupos de pretos rivais buscavam patronos que fossem mais receptivos aos seus projetos de poder cotidiano e de distinção social.

---

18 Códice PC-20, f. 67-7v – Recife, Apeje, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil.

19 Dom Antônio de Oliveira Guimarães foi rei do Congo até 1872, ano de sua morte. Marcelo Mac Cord, *op. cit.*

20 Códice PC-21, f. 85 – Recife, Apeje, Setor de Documentos Manuscritos, Série Polícia Civil.

21 Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade*, p. 209.

22 Izabel A. Marson, *O Império do progresso*, p. 142.

### **Os artífices, a Irmandade de São José do Ribamar e a Sociedade das Artes Mecânicas**

No Recife de princípios do século XVIII, a Irmandade de São José foi erigida na Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso – localizada em Santo Antonio. O primeiro compromisso, aprovado em 1735, determinou que fossem aceitos em seus quadros carpinteiros, pedreiros, tanoeiros e calafates. Os escravos que exercessem esses ofícios poderiam se matricular, mas as funções da mesa regedora lhes eram vetadas. Com as mesmas restrições legais, o grupo também foi aberto às mulheres. O templo próprio começou a ser construído em 1752 e as principais obras foram concluídas em 1778. Por estar localizado em uma região que beirava o mar, o prédio foi batizado como Igreja de São José do Ribamar, o que acabou renomeando a própria Irmandade – no tempo presente, por causa dos aterros, a construção está mais distante das águas. No período da conclusão das obras, a organização católica de artistas mecânicos já era reconhecida oficialmente como uma corporação de ofício. Em outras palavras, seus mestres conquistaram o privilégio real de monopolizar o ensino de suas profissões e seus respectivos mercados<sup>23</sup>.

No Brasil politicamente independente, a outorga da Constituição de 1824 decretou o fim das corporações de ofício, medida que foi um duro golpe no privilégio conquistado pelos artífices da Irmandade de São José do Ribamar. Para os irmãos que atuavam nos canteiros de obras, as conjunturas ficaram ainda mais críticas no final da década de 1830, por conta da política de “reorganização e do futuro”, promovida pelo barão da Boa Vista. De forma geral, o projeto elitista desprestigiou os mestres de obras locais, taxou a mão de obra disponível como inepta e contratou artífices estrangeiros para tocar a “modernização” da cidade do Recife. No bojo desse processo, os membros daquela entidade religiosa reformaram seu compromisso. Três determinações do novo documento merecem destaque. A primeira delas foi o veto para a entrada de escravos nos quadros da organização – permaneceriam, contudo, os que já estivessem matriculados. A outra determinação foi reservar os principais cargos da mesa regedora para brasileiros. Por fim, os peritos dos quatro ofícios continuariam avaliando a destreza artística dos confrades e expedindo cartas de exame<sup>24</sup>.

Aprovado em 1840, o novo compromisso da Irmandade de São José do Ribamar foi elaborado com muita perspicácia. O veto à entrada de cativos foi uma tentativa de dissociar os mestres de pele escura do estigma da escravidão, que, no discurso baronista, justificava a “incapacidade” dos africanos e seus descendentes para o trabalho morigerado. Em tempos de “modernização”, qualquer

---

23 Flávio Guerra, *Velhas igrejas e subúrbios históricos*, 2ª ed. rev. e amp. Recife, Fundação Guararapes, 1970, p. 79. José A. G. de Mello (coord.), *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*. Recife, Iphan, 1975, datil.; Francisco A. P. da Costa, *Anais pernambucanos: 1740-1794*, vol. 6. Recife, Fundarpe, 1985; Fernando P. de León, *A Igreja da Irmandade do Patriarca São José*. Recife, Iphan, 2004, Projeto Patrimônio, mimeo.

24 Compromisso ou Regulamento da Irmandade do Patriarca o Senhor S. Jozé de Riba Mar, anno 1838 – Recife, Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, Setor de Documentos Manuscritos, Estante A, Gaveta 15.

identificação do trabalhador livre (preto ou pardo) com o cativo tinha o potencial de desempregá-lo. Por sua vez, a exigência de que somente brasileiros ocupassem a mesa regedora foi ao encontro da luta dos homens de cor, livres, pela conquista da cidadania. Nesse sentido, a entidade religiosa tornou-se um espaço de organização do trabalhador nacional e de combate à política pernambucana de contratação de estrangeiros. Finalmente, a manutenção do exame dos ofícios era uma forma de os confrades defenderem seus costumes e assegurarem estratégias de empregabilidade no mercado de trabalho. Os diplomas expedidos pela confraria, por mais que fossem oficiosos, devido ao fim das corporações de ofício, ainda eram socialmente respeitados.

Em 1841, no calor dessas lutas, alguns mestres pretos e pardos, mesários da Irmandade de São José do Ribamar, fundaram a Sociedade das Artes Mecânicas. José Vicente Ferreira Barros, mestre carpina preto e pernambucano, idealizou o espaço dedicado ao mutualismo. A nova entidade, segundo seus estatutos, matricularia brasileiros que fossem mestres carpinas e pedreiros (profissionais que atuavam em canteiros de obras) e lhes ofereceria ajuda financeira e aulas noturnas de geometria aplicada às artes e desenho linear. Nos primeiros momentos, a sede da associação foi instalada na casa do mestre carpina pardo e pernambucano Isidoro Santa Clara. Em junho de 1842, parte das atividades foi transferida para o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. Em setembro de 1845, todas as outras já estavam nesse espaço. Parece evidente que ambas as instituições eram complementares na luta por direitos, sendo que a Sociedade das Artes Mecânicas era mais efetiva na desconstrução do estigma do “defeito mecânico”. As aulas noturnas queriam demonstrar que os sócios executavam suas atividades profissionais por meio de uma inteligência “aperfeiçoada”.

Ainda na primeira metade da década de 1840, as conjunturas pernambucanas permitiram que Irmandade de São José do Ribamar e Sociedade das Artes Mecânicas encontrassem oportunidades para capitalizar benefícios. Especialmente após a fundação do Partido Nacional de Pernambuco, que canalizou, no Recife, algumas demandas de setores médios urbanos e da “arraia miúda” que sobrevivia com o suor do próprio rosto. Entretanto, ao invés de ambas as entidades artísticas buscarem apoio junto à legenda que tinha por bandeira a nacionalização dos canteiros de obras e do comércio a retalho, teceram convenientes redes de compromisso com membros do Partido Conservador. Isso porque, logo após 1843, ano em que os Praieiros surgiram no cenário provincial, instabilidades políticas permitiram que irmãos e sócios encontrassem brechas para pleitear favores junto aos grupos hegemônicos que estavam no poder. O governo do barão da Boa Vista continuava apostando em um projeto elitista de “reorganização e do futuro”, mas as vicissitudes obrigavam-no a ouvir algumas vozes vindas “de baixo” que poderiam ganhar ressonância na oposição<sup>25</sup>.

25 Para saber mais sobre o processo histórico descrito até aqui, consultar Marcelo Mac Cord, “Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880”. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, 2009. Especialmente, os capítulos 1 e 2. Em breve, a Fapesp e a Editora da Unicamp lançarão a tese completa sob o título

A economia do favor que foi construída entre irmãos, sócios e conservadores, logo após a fundação do Partido Nacional de Pernambuco, pode ser observada em três situações extremamente reveladoras. A primeira delas remete o leitor ao mês de dezembro de 1843, quando os vereadores recifenses, majoritariamente conservadores, solicitaram ao governo baronista algum tipo de apoio à Sociedade das Artes Mecânicas, que poderia colaborar com o “aperfeiçoamento” dos artistas pernambucanos, valorizar a prática das artes mecânicas e “moralizar” o conjunto dos subalternos por meio da crença no trabalho morigerado<sup>26</sup>. As outras duas ocorreram no ano seguinte à solicitação feita pela municipalidade. Nabuco de Araújo, importante liderança conservadora, ganhou da Irmandade de São José do Ribamar um título honorífico em reconhecimento aos serviços prestados à entidade religiosa<sup>27</sup>. É bastante provável que, junto dos vereadores recifenses, tenha convencido o barão da Boa Vista e os deputados provinciais a aprovar, aos 2 de maio de 1844, a lei 130, cujo artigo 25 concedia à mutualista a verba anual de quinhentos mil réis para financiar suas aulas noturnas<sup>28</sup>.

Poucos tempo depois da aprovação da norma que favoreceu a Sociedade das Artes Mecânicas, o barão da Boa Vista foi dispensado do cargo de presidente da província e os Praieiros conquistaram o poder provincial. As picuinhas políticas e os compromissos eleitorais, tecidos na campanha de 1844, fizeram com que o novo governo pernambucano deixasse de respeitar o que determinou a lei 130. Em *O Nazareno* de 13 de novembro de 1845, um articulista anônimo afirmou que o Partido Nacional de Pernambuco estava muito mais preocupado em “arranjar um aumento de ordenado” para seus deputados e “votarem a soma de 200 contos para [a] colonização estrangeira” do que atender as solicitações dos artífices, que estavam “cansados de sofrer”. O redator ainda exigia que uma “petição dos artistas”, que havia sido enviada aos legisladores provinciais, fosse atendida<sup>29</sup>. As fontes que compulsei indicaram que tal petição foi elaborada pela mutualista idealizada por José Vicente Ferreira Barros. Entre outras exigências, o documento também apontava para a necessidade do pronto pagamento da cota anual e do aumento de seu valor<sup>30</sup>.

Apesar deste e de outros pedidos, as cotas continuaram bloqueadas durante o governo do Partido Nacional de Pernambuco. Dois acontecimentos nos ajudam a reforçar a compreensão do motivo: a proximidade entre Sociedade das Artes Mecânicas e conservadores. No segundo semestre de 1848, quando perdiam espaços políticos, os facciosos retomaram e radicalizaram a campanha pela

---

*Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista.*

26 Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16 de dezembro de 1843, maço 02/1844, caixa OR041 – Recife, Assembleia Legislativa de Pernambuco (doravante Alepe), Divisão de Arquivo, Série Offícios Recebidos.

27 Lata 361, pasta 18 – Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo, Coleção Senador Nabuco.

28 Francisco A. P. da Costa, *Homenagem à benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*. Recife, Typographia d'A Província, 1891, p. 8-9.

29 *O Nazareno*, 13 nov., 1845, caixa material de pesquisa do Liceu 1 (documentos avulsos) – Recife, Universidade Católica de Pernambuco (doravante Unicap), Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Offícios.

30 Maço organização social e civil, caixa 118P – Recife, Alepe, Divisão de Arquivo, Série Petições.

nacionalização do comércio a retalho e das oficinas artesanais. Nesse sentido, aos 27 e 28 de junho, duas representações foram enviadas ao poder legislativo provincial. A primeira delas não continha assinaturas. A outra, por sua vez, contou com 245 signatários. Entre eles, podemos identificar Praieiros bastante destacados, como José Higino de Miranda, negociante e articulador político, José Ignácio de Abreu e Lima, o “general das massas”, e Ignácio Bento de Loyola, redator do combativo periódico *A Voz do Brasil*. Na listagem com os nomes, contudo, observamos que somente um membro da Sociedade das Artes Mecânicas endossou a segunda petição: Francisco Xavier de Lima, um dos fundadores da mutualista, era pernambucano, preto e mestre pedreiro<sup>31</sup>.

A solidez das alianças entre Sociedade das Artes Mecânicas e conservadores também pode ser comprovada na tentativa de invasão do Recife pelos Praieiros, no início de 1849 – momento em que a facção estava aliada do poder. Nos autos do inquérito, Geraldo Amarante dos Santos, mestre funileiro pardo e pernambucano, ex-diretor da associação, foi acusado de reunir “sedutores dos povos” em sua loja. O líder e mais quatorze indivíduos foram presos. Alguns desses eram artífices pardos, sendo que todos moravam fora dos limites do Recife<sup>32</sup>. Vale destacar que os sócios moravam nas freguesias centrais da capital pernambucana. Na sequência dos acontecimentos, o presidente da província, Honório Hermeto Carneiro Leão, conservador, recebeu um relatório da mesa diretora da Sociedade das Artes Mecânicas. No documento, a casa se ressentia daquela prisão e rebeldia. Ao mesmo tempo, a instância deliberativa sublinhou que nada além existia contra a associação, pois seus membros seguiam “trabalhando em lugares distantes desta cidade e alguns mesmo fora da Província”<sup>33</sup>. Logo após a satisfação, o governo conservador regularizou os pagamentos das cotas.

### **Considerações finais**

No Recife dos anos 1840, as relações sociais eram racializadas e marcadas pela escravidão. Os africanos e seus descendentes criaram inúmeras estratégias cotidianas para usufruir de uma liberdade o menos precária possível. Em 1848, dom Antônio de Oliveira Guimarães, Rei do Congo, preto liberto, provavelmente comprovou sua procedência angola para conquistar a prestigiada coroa. No século XVIII, recordemos, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da freguesia de Santo Antônio, que conferia o título real, fazia tal exigência para seus membros. Contudo, aquele mesmo indivíduo, em outras circunstâncias, posteriores ao período recortado por esse artigo, manipulou sua cor e possível origem centro-africana de acordo com as conveniências. Por sua vez, em

---

31 A lista com as 245 assinaturas é encontrada em Bruno A. D. Câmara, *op. cit.* Sobre Francisco Xavier de Lima, ver Marcelo Mac Cord, “Andaimes, casacas, tijolos e livros”.

32 Jerônimo M. F. de Melo, *Autos do inquérito da Revolução Praieira*, p. 301 e 305. Sobre Geraldo de Amarante dos Santos, ver Marcelo Mac Cord, “Andaimes, casacas, tijolos e livros”.

33 Caixa material de pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos) – Recife, Unicap, Biblioteca, Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios

1841, o mestre pedreiro José Vicente Ferreira Barros, que se dizia preto, não fazia relação de sua cor com a África. Irmão de São José do Ribamar e fundador da Sociedade das Artes Mecânicas, afirmava que era pernambucano. Seus três filhos, que ascenderam socialmente driblando os estigmas da escravidão e do “defeito mecânico”, apareceram como homens pardos<sup>34</sup>.

Homens como dom Antônio de Oliveira Guimarães e José Vicente Ferreira Barros aproveitaram as fortes instabilidades políticas e sociais de meados do século XIX, em Pernambuco, para atingirem *status* que acreditavam merecer. Sem dúvida, tendo em vista a mundividências hegemônicas da sociedade recifense, a cor de suas peles era um sinal diacrítico que os vinculava à escravidão, à “barbárie” e à tutela de uma elite europeia (ou descendente dela) letrada e proprietária. Apesar disto, o monarca e o artesão, assim como outros indivíduos de semelhante origem, lutaram contra interdições, driblaram muitas regras sociais e conseguiram capitalizar importantes benefícios. Entretanto, ser um preto angola coroado ou um qualificado artífice preto e pernambucano também criava hierarquias onde parecia haver alguma homogeneidade – caso tomemos, isolada e acriticamente, a percepção de fenótipos. Na medida em que eles se impuseram como homens de pele escura organizados em irmandades e mutualista, também acabaram se diferenciando de outros africanos e seus descendentes que contavam com redes de proteção mais frágeis.

### **Bibliografia**

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Império do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ANDRADE, Manuel C. *A Guerra dos Cabanos*, 2ª edição. Recife, Editora Universitária UFPE, 2005.
- ARAÚJO, Clara M. F. “Governadores das nações e corporações: cultura política e hierarquias de cor em Pernambuco (1776-1817)”. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 2007.
- AULER, Guilherme. *A Companhia de Operários, 1839-1843: subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil*. Recife, Arquivo Público Estadual, 1959.
- BERNARDES, Denis A. M. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo, Editora Hucitec/Fapesp; Recife, Editora Universitária UFPE, 2006.
- CABRAL, Flávio J. G. “Recife no tempo da independência do Brasil”, in SILVA, Wellington B. (org.), *Uma cidade, várias histórias: o Recife no século XIX*. Recife, Bagaço, 2012, p. 15-38.
- CÂMARA, Bruno A. D. “Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira”. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2005.
- CARVALHO, Marcus J. M. “A Guerra dos Moraes: a luta dos senhores de engenho na Praieira”. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 1986.

---

34 Marcelo Mac Cord, “Uma família de artífices ‘de cor’: os Ferreiras Barros e sua mobilidade social no Recife oitocentista”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 47, nº 2, 2010, p. 26-48.

- \_\_\_\_\_. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife, Editora Universitária UFPE, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849”. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, 2003, p. 209-38.
- CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel N. “Praieiros, Guabirus e ‘população’: as eleições gerais de 1844 no Recife”. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, 2001.
- COOPER, Frederick Cooper, HOLT, Thomas C. e SCOTT, Rebecca J. (orgs.), *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife, Editora Universitária UFPE, 1996.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Rio de Janeiro, Graal Editora, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1940.
- GUERRA, Flávio Guerra. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*, 2ª ed. rev. e amp. Recife, Fundação Guararapes, 1970.
- LEÓN, Fernando P. *A Igreja da Irmandade do Patriarca São José*. Recife, Iphan, 2004, Projeto Patrimônio, mimeo.
- MAC CORD, Marcelo. “Uma família de artífices ‘de cor’: os Ferreiras Barros e sua mobilidade social no Recife oitocentista”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 47, nº 2, 2010, p. 26-48.
- \_\_\_\_\_. “Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880”. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O Rosário de D. Antônio: irmandades leigas, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Recife, Fapesp/Editora Universitária UFPE, 2005.
- MARSON, Izabel A. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo, Editora Moderna, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- MELLO, José A. G. (coord.), *Inventário da Igreja de São José do Ribamar*. Recife, Iphan, 1975, datil.
- MELO, Jerônimo M. F. *Crônica da Rebelião Praieira: 1848 e 1849*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, Senado Federal/Editora da UnB, 1979.
- MELO, Urbano S. P. *Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- MOSHER, Jeffrey C. “Political mobilization, party ideology, and lusophobia in Nineteenth-Century Brazil: Pernambuco, 1822-1850”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 80, nº 4, 2000, p. 881-912.
- MOTA, Carlos G. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- OLIVERIA, Anderson J. M. “‘Os Santos Pretos Carmelitas’: o culto aos santos, catequese e devoção negra no Brasil colonial”. Tese (doutorado em História) – UFF, 2002.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco A. *Homenagem à benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*. Recife, Typographia d’A Província, 1891.
- \_\_\_\_\_. *Anais pernambucanos: 1740-1794*, vol. 6. Recife, Fundarpe, 1985.
- QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira*. Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 2004.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, 3ª reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

**VAUTHIER, Louis L. *Diário íntimo do engenheiro Vauthier: 1840-1846*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1940.**